

Petrobras Gás S.A. Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstração de resultado	8
Demonstração de resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas	13



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	56.842	28.539	56.743	27.517	Fornecedores	15	46.051	50.739	8.137	10.187
Contas a receber – ativos financeiros (FIDC)	9.1	173.140	107.599	58.212	29.746	Arrendamento a pagar	4.a	1.889	-	-	-
Contas a receber, líquidas	9.2	143.235	137.712	70.048	66.615	Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos	17.1	21.914	30.845	19.767	25.309	outros imposto	17.1	16.731	14.003	5.162	6.129
Outros ativos circulantes		2.870	2.988	-	18	Dividendos propostos	18.5	63.065	-	63.065	-
		398.001	307.683	204.770	149.205	Juros sobre capital próprio a pagar	18.5	20.400	25.500	20.400	25.500
						Outras contas e despesas a pagar		9.965	9.418	129	118
								158.101	99.660	96.893	41.934
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Arrendamento a pagar	4.a	1.274	-	-	-
Contas a receber, líquidas	9.2	9.943	2.462	9.373	1.215	Provisão para processos judiciais	23.1	14.408	8.731	-	-
Depósitos judiciais	23.2	1.985	2.806	1.779	2.806	Obrigações estatutárias	18.4	104.602	103.539	104.602	103.539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	58.348	57.128	1.693	1.369	Outras contas e despesas a pagar		161	401	11	-
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos	17.1	15.664	9.005	4.823	-			120.445	112.671	104.613	103.539
Ativo financeiro de concessão	10	50.919	44.132	-	-			278.546	212.331	201.506	145.473
Impostos em litígio	23.4	109.180	106.820	109.180	106.820	Patrimônio líquido					
Títulos e valores mobiliários	14	996	996	996	996	18	Capital social realizado	655.516	655.522	655.516	655.522
Outros ativos realizáveis a longo prazo		36	84	-	-	Transações de capital	910.736	910.736	910.736	910.736	910.736
		247.071	223.433	127.844	113.206	Reserva de capital	560	560	560	560	560
Investimentos	11	1.491.615	1.394.621	2.025.155	1.896.338	Reservas de lucros	588.295	445.695	589.569	446.969	446.969
Imobilizado	12	4.569	2.430	103	136	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(15)	(375)	(15)	(375)	(375)
Intangível	13	292.382	296.302	-	-		2.155.092	2.012.138	2.156.366	2.013.412	
		1.788.566	1.693.353	2.025.258	1.896.474		2.433.638	2.224.469	2.357.872	2.158.885	
		2.433.638	2.224.469	2.357.872	2.158.885						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Receita de vendas e serviços	19	538.287	417.680	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	(445.193)	(350.517)	-	-
Lucro bruto		93.094	67.163	-	-
Receita de construção da infraestrutura	5.12	23.308	32.664	-	-
Custo da construção da infraestrutura	5.12	(23.308)	(32.664)	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		93.094	67.163	-	-
Despesas Operacionais					
Vendas	21	(11.570)	(10.711)	-	-
Gerais e administrativas	21	(67.099)	(64.719)	(44.827)	(43.760)
Tributárias	21	(1.247)	(4.312)	(379)	(457)
Outras despesas	21	(10.383)	(3.961)	(1.577)	(4.680)
		(90.299)	(83.703)	(46.783)	(48.897)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		2.795	(16.540)	(46.783)	(48.897)
Resultado financeiro líquido	22	13.284	26.921	1.189	5.568
Receitas financeiras		17.444	16.269	4.420	4.726
Despesas financeiras		(641)	(366)	(10)	(2)
Variações monetárias líquidas		(3.519)	11.018	(3.221)	844
Resultado de participações em investimentos	11.2	331.060	268.099	379.503	311.567
Lucro antes dos impostos		347.139	278.480	333.909	268.238
Imposto de renda e contribuição social	17.3	(13.319)	(6.988)	(89)	2.473
Lucro do exercício		333.820	271.492	333.820	270.711
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	18.6	3,01	2,45	3,01	2,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro do exercício		333.820	271.492	333.820	270.711
<u>Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</u>					
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11.2	360	(375)	360	(375)
Resultado abrangente total		334.180	271.117	334.180	270.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de capital			Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros Acumulados					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	655.522	910.736	560	118.837	105.200	164.504	-	-	1.955.359	(2.055)	1.953.304	
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,95/ação)	-	-	-	-	(105.200)	-	-	-	(105.200)	-	(105.200)	
Realização de reserva especial (R\$ 0,19/ação)	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	(21.000)	-	(21.000)	
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	(375)	(375)	-	(375)	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	270.711	-	270.711	781	271.492	
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	-	12.268	-	69.760	(82.028)	-	-	-	-	
Reversão da apropriação de lucros em obrigações	-	-	-	-	-	-	3.995	-	3.995	-	3.995	
Apropriações do lucro líquido em obrigações	-	-	-	-	-	-	(1.078)	-	(1.078)	-	(1.078)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,92/ação)	-	-	-	-	102.600	-	(102.600)	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,80/ação)	-	-	-	-	-	-	(89.000)	-	(89.000)	-	(89.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	655.522	910.736	560	131.105	102.600	213.264	-	(375)	2.013.412	(1.274)	2.012.138	
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,92/ação)	-	-	-	-	(102.600)	-	-	-	(102.600)	-	(102.600)	
Redução de capital – ação preferencial Classe “A” (AGE 05.09.2019)	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	333.820	-	333.820	-	333.820	
Adoção inicial pronunciamentos contábeis (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	(478)	-	(478)	-	(478)	
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	360	360	-	360	
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	-	-	-	158.289	(158.289)	-	-	-	-	
Apropriações do lucro líquido em obrigações	-	-	-	-	-	-	(1.087)	-	(1.087)	-	(1.087)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,78/ação)	-	-	-	-	86.911	-	(86.911)	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,78/ação)	-	-	-	-	-	-	(87.055)	-	(87.055)	-	(87.055)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	655.516	910.736	560	131.105	86.911	371.553	-	(15)	2.156.366	(1.274)	2.155.092	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	333.820	271.492	333.820	270.711
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Resultado de participações em investidas	(331.060)	(268.099)	(379.503)	(311.567)
Depreciação e amortização	27.216	17.262	1.679	1.678
Perdas esperada de crédito	(503)	(5.012)	-	-
Provisão para perdas com processos judiciais	5.677	(1.823)	-	-
Baixa processo judicial	12	1.412	12	1.213
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment)	-	2.858	-	2.858
Variações monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(710)	(11.018)	(1.294)	(844)
Pagamentos de juros	(280)	-	-	-
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(13.566)	(7.002)	(1.969)	(2.141)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	13.319	6.988	89	(2.473)
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(23.392)	19.400	205	(1.215)
Ativos financeiros vinculados à concessão	(1.105)	2.488	-	-
Outros ativos	(373)	(1.696)	766	(2.334)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(4.688)	15.598	(2.050)	65
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos	20.088	(15.129)	(1.544)	(3.941)
Arrendamentos a pagar	3.443	-	-	-
Outros passivos	5.282	(3.836)	64	4.237
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	33.180	23.882	(49.725)	(43.753)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(12.095)	(17.837)	-	(2)
Aportes em participações	(1.030)	(854)	(1.030)	(854)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	(58.653)	(9.050)	(26.729)	5.649
Dividendos recebidos	196.506	181.082	234.810	220.596
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	124.728	153.341	207.051	225.389
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Arrendamentos pagos – principal e juros	(1.505)	-	-	-
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(128.100)	(202.427)	(128.100)	(202.427)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(129.605)	(202.427)	(128.100)	(202.427)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício				
	28.303	(25.204)	29.226	(20.791)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.539	53.742	27.517	48.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	56.842	28.539	56.743	27.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	712.392	552.111	-	1
Perdas em créditos	437	362	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	23.308	29.111	-	-
	736.137	581.584	-	1
Insumos adquiridos de terceiros				
Produtos para revenda	(420.328)	(338.460)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(40.985)	(36.651)	(10.329)	(11.854)
Perda / Recuperação de valores ativos	(1.030)	(3.712)	(1.030)	(3.712)
	(462.343)	(378.823)	(11.359)	(15.566)
Valor adicionado bruto	273.794	202.761	(11.359)	(15.565)
Depreciação e amortização	(27.216)	(25.011)	(1.679)	(1.678)
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	246.578	177.750	(13.038)	(17.243)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	351.089	271.625	387.472	318.875
Receitas financeiras - inclui variações monetária	21.250	30.808	8.144	8.607
	372.339	302.433	395.616	327.482
Valor adicionado a distribuir	618.917	480.183	382.578	310.239
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários e participações	52.618	46.961	32.173	29.947
Benefícios	2.328	2.315	36	92
FGTS	931	908	110	133
	55.877	50.184	32.319	30.172
Tributos				
Federais	93.156	69.539	7.868	4.922
Estaduais	108.010	82.341	-	-
Municipais	1	-	-	-
	201.167	151.880	7.868	4.922
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações monetárias	7.968	3.887	6.955	3.038
Despesas de aluguéis	2.967	4.302	1.616	1.396
	10.935	8.189	8.571	4.434
Acionistas				
Dividendos	87.055	89.000	87.055	89.000
Lucros retidos	263.883	180.930	246.765	181.711
	350.938	269.930	333.820	270.711
Valor adicionado distribuído	618.917	480.183	382.578	310.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominada "Gaspetro" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenhem as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada GasBrasiliano Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controladas em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado.

2. Cisão parcial da companhia em 2015 e Processo de Venda de Participações Acionárias

2.1 Cisão da companhia

Em dezembro de 2015, houve uma cisão parcial da Gaspetro, vertendo os ativos e passivos não relacionados ao do segmento (negócios) de distribuição de gás natural para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

Essa alteração precedeu o processo de alienação de 49% das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Mitsui Gás, formalizado através de um Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA").

Apesar dessa delimitação no objeto social da companhia, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação e foram classificados como "Ativos Excluídos", que são atualizados monetariamente de acordo com suas respectivas características e produzem efeitos financeiros periodicamente vertidos através de destinação para reserva estatutária líquido de eventuais tributos, beneficiando o acionista Petrobras, que é único detentor das ações preferenciais (Nota explicativa 18.4 "b").

2.2 Acordo com Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e alienação das ações da Gaspetro

Em 8 de julho de 2019, a Petrobras assinou Termo de Compromisso e Cessação com o CADE sobre a promoção de concorrência no setor de gás natural no Brasil, incluindo a venda de participações acionárias. O termo tem por objetivo preservar e proteger as condições concorrenciais, visando à abertura do mercado brasileiro de gás natural, incentivando a entrada de novos agentes nesse mercado, bem como suspender procedimentos administrativos instaurados pelo CADE. A Petrobras está se comprometendo a vender participação direta em transportadoras de gás natural e participação indireta em companhias distribuidoras de gás, seja vendendo sua participação de 51% na Gaspetro, seja vendendo suas participações indiretas nas companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado até 31 de dezembro de 2021 .

Em 27 de fevereiro de 2020, esse acionista informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade ("teaser"), referente à venda da totalidade de sua participação de 51% na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro). O "teaser" contém as principais informações sobre o processo e os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes, mas as principais etapas subsequentes do projeto ainda serão informadas oportunamente.

Essa operação não apresenta risco na continuidade operacional dos negócios da Companhia e suas afiliadas.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais diferem exclusivamente pela manutenção de saldo no Ativo Diferido em companhias afiliadas, que é permitido pelas práticas brasileiras atuais (Pronunciamento Técnico CPC 13), acarretando diferença entre a controladora e o consolidado com relação ao resultado, quando há amortização, e ao patrimônio líquido da Companhia. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 27 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis

a) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamento – Impacto da adoção

O IFRS 16, efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como: (i) taxa de descontos; (ii) levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e (iii) outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e não vislumbrou qualquer impacto na adoção da referida norma, diferentemente da avaliação na controlada GasBrasiliano. Está controlada, após análises específicas, identificou impacto, optando por uma abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, realizou um estudo para verificar o impacto da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e passará a reconhecer as contraprestações de arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel, como amortização do direito de uso e despesas financeiras.

Em Janeiro de 2019 a controlada reconheceu um ativo e passivo para seus arrendamentos operacionais de imóveis (sede da Companhia em Araraquara/SP e demais aluguéis de almoxarifados) e veículos locados. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação do ativo de direito de uso e, ainda, despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. O Impacto na adoção inicial no ativo imobilizado e no endividamento foi de R\$ 4.581.

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2018	Adoção do IFRS 16	Reavaliação de ativo	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Encargos incorridos	Saldo final em 30.12.2019	Saldo em curto prazo	Saldo em longo prazo
País	-	4.581	87	(1.505)	(280)	280	3.163	1.889	1.274
Total	-	4.581	87	(1.505)	(280)	280	3.163	1.889	1.274

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.889	1.097	177	-	-	3.163

As operações de arrendamento mercantil operacional têm como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa média de encargos implícita nestes arrendamentos é de 8,51% ao ano.

b) Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da controlada na data de adoção inicial.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis estão consistentes.

5.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31.12.2019	31.12.2018	2019	2018
Consolidado - IFRS / CPC	2.155.092	2.012.138	333.820	271.492
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	1.274	1.274	-	(781)
Controladora - CPC	2.156.366	2.013.412	333.820	270.711

5.2. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

5.2.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

5.2.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na Nota Explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlada em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na Nota Explicativa 11.

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (*mais valia*) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

5.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.8. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimento societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

Em 31 de dezembro de 2019, após os testes de impairment, não houve necessidade de constituição de provisão para perda com relação aos ativos da Companhia.

5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

5.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia, sendo o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio reconhecido no resultado do exercício em que é deliberado.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 18.5.

5.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (impairment)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controladas em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 23).

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

6.4. Perdas esperadas de crédito

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Novas normas e interpretações

IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e que não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019, são as seguintes:

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Definition of a Business – Amendments to IFRS 3</i>	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito da IFRS 3 - Business Combination ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020 - Aplicação prospectiva
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Amendments to IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39</i>	Altera as IFRS 9-Financial Instruments, IFRS 7-Financial Instruments: Disclosures e IAS 39-Financial instruments: recognition and measurement, com o objetivo de incluir exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR) recomendada pelo Financial Stability Board (FSB).	1º de janeiro de 2020, aplicação retrospectiva.
<i>Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8</i>	Altera a definição de “material” de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações na IAS 1 - Presentation of Financial Statements e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos – N.º 14/2019	<i>Definition of a Business – Amendments to IFRS 3</i> <i>Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8</i>	1º de janeiro de 2020

Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos relevantes na aplicação inicial de suas demonstrações contábeis consolidadas.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	104	1.029	5	7
Aplicações financeiras de curto prazo - No País				
Fundos de investimentos DI (a)	56.738	27.510	56.738	27.510
Total de caixa e equivalentes de caixa	56.842	28.539	56.743	27.517

(a) Representam aplicações financeiras de renda fixa (98% do CDI), com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Contas a receber

9.1. Recebíveis de ativos financeiros (FIDC)

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio do resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Recebíveis de ativos financeiros	173.140	107.599	58.212	29.746
Circulante	173.140	107.599	58.212	29.746

9.2. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Terceiros	82.633	69.442	-	-
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	79.225	79.915	79.421	67.830
Perdas de créditos esperadas	161.858	149.357	79.421	67.830
	(8.680)	(9.183)	-	-
Total contas a receber, líquidas	153.178	140.174	79.421	67.830
Circulante	143.235	137.712	70.048	66.615
Não circulante	9.943	2.462	9.373	1.215

9.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	(9.183)	(14.195)
Adições	(200)	(187)
Baixas	703	5.199
Saldo final	(8.680)	(9.183)

10. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo não circulante		
Servidão de passagem	8.688	7.615
Terrenos	537	473
Redes	38.107	33.085
Edificações	1.498	1.322
Estações	2.089	1.637
Total ativo financeiro da concessão	50.919	44.132

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada	% de Participação	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (1)	100,00%	100,00%	521.003	48.442
Empresas controladas em conjunto e coligadas(*)				
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	41,50%	24,50%	87.120	18.922
Companhia de Gás da Bahia - BAHAGÁS (2)	41,50%	24,50%	627.382	116.138
Naturgy S.A. (2)	37,41%	26,19%	381.713	90.218
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	41,50%	24,50%	213.474	71.444
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	24,50%	24,50%	478.941	174.419
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR	23,50%	21,00%	20.129	9.660
Companhia Paraibana de Gás - PBGAS	41,50%	24,50%	67.392	6.519
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	83,00%	49,00%	79.144	20.276
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%	45.484	27.528
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (2)	41,00%	23,00%	338.349	77.015
Sergipe Gás - SERGÁS	41,50%	24,50%	57.532	6.390
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (2)	41,50%	24,50%	414.904	219.465
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (2)	49,00%	49,00%	210.630	86.559
Companhia de Gás do Amapá - GASAP	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS	41,50%	24,50%	-	-
Companhia de Gás do Piauí - GASPIISA	37,25%	24,50%	-	-
Agência Goiânia de Gás Canalizado - GOIASGAS	30,46%	19,50%	-	-
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	32,00%	21,00%	-	-

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da Gaspetro (Holding).

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2019.

11.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2018	Resultado de participação em investimentos(*)	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Resultado abrangente	Amortização / impairment	Adoção inicial CPCs	Saldo em 31.12.2019
Subsidiária e controlada								
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	500.446	48.442	(41.976)	-	-	(1.646)	-	505.266
Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas								
Companhia de Gás da Bahia - BAHAGÁS (a)	344.445	48.198	(32.188)	-	-	-	-	360.455
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	173.133	31.577	(8.290)	-	-	-	-	196.420
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	170.920	91.077	(46.219)	-	-	-	-	215.778
Naturgy S.A. (a)	177.330	33.747	(37.631)	-	314	-	(314)	173.446
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	142.451	42.414	(33.510)	-	-	-	-	151.355
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (b)	32.271	(9.333)	(12.368)	-	-	-	-	10.570
Outras participações (a) (b)	355.342	101.350	(44.709)	1.030	46	(1.030)	(164)	411.865
Total dos investimentos	1.896.338	387.472	(256.891)	1.030	360	(2.676)	(478)	2.025.155

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Saldo em 31.12.2017	Resultado de participação em investimentos(*)	Resultado abrangente	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Amortização / Impairment	Saldo em 31.12.2018
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	498.250	44.249	-	(40.407)	-	(1.646)	500.446
Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas							
Companhia de Gás da Bahia - BAHAGÁS (a)	332.934	63.770	-	(52.259)	-	-	344.445
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	180.141	(7.008)	-	-	-	-	173.133
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	164.218	36.275	-	(29.573)	-	-	170.920
Naturgy S.A. (a)	177.206	33.124	(313)	(32.687)	-	-	177.330
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	138.706	38.949	-	(35.204)	-	-	142.451
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (b)	23.763	20.012	-	(11.504)	-	-	32.271
Outras participações (a) (b)	328.050	89.504	(62)	(62.150)	854	(854)	355.342
Total dos investimentos	1.843.268	318.875	(375)	(263.784)	854	(2.500)	1.896.338

(*) Esta coluna, com relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não leva em consideração o impacto do PIS e COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas (R\$6.939 e R\$6.454, respectivamente) e do registro da provisão para perda com investidas não operacionais (R\$1.029 e R\$854, respectivamente).

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28 correspondente ICPC 09, sendo registrado na GasBrasiliano o ágio (mais valia) no valor de R\$16.322 e R\$17.968 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (*goodwill*) no valor de R\$213.019 e R\$213.019 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente;

(b) Face a eventual obrigação de reconhecimento de pretensa dívida relacionada a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural - PROGÁS e, em decorrência ação movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS, a Gaspetro efetuou o reconhecimento prévio, no resultado do exercício social de 2015, de uma baixa em seu investimento de R\$53.590, e em 2019 efetuou a atualização dessa provisão em R\$26.161, perfazendo um montante total de R\$79.751 referente à glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras. Essa provisão decorre da análise sobre os eventuais efeitos das questões discutidas em Processo Judicial. Este incentivo consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás à determinadas empresas enquadradas no referido Programa, de quantia equivalente à percentual representativo de redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que seriam financeiramente compensadas.

11.3. Informações sobre a controlada

GasBrasiliano Distribuidora S.A. - Constituída em 1999, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasiliano, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasiliano, a critério do poder concedente.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.4. Informações contábeis resumidas de controlada, controladas em conjunto e coligadas

A Companhia investe em controlada, controladas em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas das companhias operacionais são as seguintes:

	31.12.2019								
	GasBrasiliiano	Bahiagás	Scgás	Copergás (*)	Naturgy	Sulgás	Potigás	Outros	Total
Ativo circulante	193.430	541.098	185.155	428.482	519.355	197.720	48.717	843.132	2.957.089
Ativo realiz. L. prazo	121.104	46.205	229.973	30.580	35.067	83.350	3.488	603.531	1.153.298
Imobilizado	4.466	-	4.495	-	-	-	-	4.767	13.728
Intangível	276.060	377.126	193.085	167.407	646.695	169.207	50.816	598.040	2.478.436
	595.060	964.429	612.708	626.469	1.201.117	450.277	103.021	2.049.470	6.602.551
Passivo circulante	61.357	254.078	220.494	202.920	560.041	206.730	16.748	514.951	2.037.462
Passivo não circulante	17.759	82.969	53.865	8.645	259.363	32.917	7.129	564.447	1.027.094
Patrimônio líquido	515.944	627.382	338.349	414.904	381.713	210.630	79.144	970.072	3.538.138
	595.060	964.429	612.708	626.469	1.201.117	450.277	103.021	2.049.470	6.062.551
Receita operac. líquida	537.965	2.149.096	945.505	1.049.819	2.521.853	856.678	209.246	2.649.839	10.920.001
Lucro (prejuízo) exercício	48.442	116.138	77.015	219.465	90.218	86.559	20.276	314.881	972.994
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	23,5% a 49,0%	

(*) Em 2019, a Copergás conclui a negociação de processo arbitral relativo ao segmento térmico que acarretou o ingresso financeiro de R\$183.743 mil, impactando o resultado de equivalência proveniente da afiliada.

	31.12.2018								
	GasBrasiliiano	Bahiagás	Scgás	Copergás	Naturgy	Sulgás	Potigás	Outros	Total
Ativo circulante	182.618	506.951	126.334	198.530	360.871	197.062	55.061	673.726	2.301.153
Ativo realiz. L. prazo	113.137	38.530	202.244	139.413	30.218	55.027	2.655	512.174	1.093.398
Imobilizado	2.294	-	-	-	-	-	1.718	2.141	6.153
Intangível	278.334	335.026	182.095	168.707	661.186	154.346	42.973	579.154	2.401.821
Outros ativos não circ.	-	-	-	-	-	-	-	853	853
	576.383	880.507	510.673	506.650	1.052.275	406.435	102.407	1.768.048	5.803.378
Passivo circulante	57.866	229.633	227.020	150.884	466.007	174.275	20.478	381.846	1.708.009
Passivo não circulante	12.042	11.548	14.543	67.891	194.196	34.818	4.942	499.504	839.484
Patrimônio líquido	506.475	639.326	269.110	287.875	392.072	197.342	76.987	886.698	3.255.885
	576.383	880.507	510.673	506.650	1.052.275	406.435	102.407	1.768.048	5.803.378
Receita operac. líquida	417.680	1.808.103	627.038	1.094.222	2.955.649	725.019	190.839	1.961.652	9.780.202
Lucro (prejuízo) exercício	46.469	156.803	(17.094)	88.769	90.549	80.084	24.110	245.631	715.321
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	23,5% a 49,0%	

A consolidação das informações contábeis e o registro da equivalência patrimonial das afiliadas é realizado com a defasagem de 30 (trinta) dias, englobando o período de 12 (doze) meses entre dezembro do ano anterior até o mês de novembro do mesmo exercício social da Gaspetro.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

Movimentação	Consolidado				Controladora	
	Edificações e benfeitorias	Arrendamentos	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.088	-	1.124	3.212	166	166
Adição	-	-	40	40	2	2
Transferência	(414)	-	414	-	-	-
Baixa	-	-	(39)	(39)	-	-
Depreciação	-	-	(783)	(783)	(32)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	-	756	2.430	136	136
Adição	-	4.582	76	4.658	-	-
Transferência	-	87	-	87	-	-
Baixa	(16)	(264)	-	(280)	-	-
Depreciação	(366)	(1.565)	(395)	(2.326)	(33)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.292	2.840	437	4.569	103	103

Composição	Consolidado				Controladora	
	Edificações e benfeitorias	Arrendamentos	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total
Custo	3.862	-	1.652	5.514	173	173
Depreciação acumulada	(2.188)	-	(896)	(3.084)	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	-	756	2.430	136	136
Custo	3.845	4.458	1.677	9.980	173	173
Depreciação acumulada	(2.553)	(1.618)	(1.240)	(5.411)	(70)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.292	2.840	437	4.569	103	103
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	20	5	2 a 3		10	

13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

Movimentação	Consolidado	
	Distribuição de gás (b)	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	294.946	
Adições	22.042	
Baixas	(4.206)	
Amortização	(16.480)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	
Adições	13.377	
Baixas	(1.166)	
Amortização	(16.131)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	292.382	
Composição		
Custo	453.079	
Amortização acumulada	(156.777)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	
Custo	465.275	
Amortização acumulada	(172.893)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	292.382	
Tempo de vida útil estimado - anos (a)	10 a 30	

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(b) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da GasBrasiliano, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final da concessão (Nota Explicativa nº 13.2)

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a GasBrasiliano e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos que variam de 30 a 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A tarifa de serviços de distribuição consiste na combinação dos seguintes componentes: (i) custo do gás (*pass through*); (ii) custos e despesas operacionais; e (iii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicionado ao intangível refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da GasBrasiliano, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente através levantamentos, avaliações e quantificação da indenização devida, observado o saldo registrado na rubrica de ativo financeiro da concessão, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extingui-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

14. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a títulos públicos recebidos pela Sociedade, por ocasião das alienações de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), que encontram-se bloqueados junto à Secretaria de Tesouro Nacional (STN) desde 1997, atendendo decisão judicial na ação Popular nº 93.00.08452-6 que tramita na 15ª Vara federal de Brasília de 2006, requerimento junto ao STN visando o desbloqueio dos TDAs, de modo a possibilitar a permuta por NTN-P.

Em 2018, devido a diferença entre as taxas para atualização dos créditos utilizadas pela Gaspetro (NTN-P - Decreto nº 2.274/1997) e pela STN, foi reconhecido *impairment* parcial desses títulos, no valor de R\$ 3.443.

Após a referida baixa, a Gaspetro vem efetuando a atualização monetária com base na rentabilidade desses títulos junto à (STN). Em 31 de dezembro de 2019 o saldo registrado era de R\$ 996 (R\$ 996 em 2018).

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Terceiros no país	5.369	8.473	94	99
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	40.682	42.266	8.043	10.088
Total	46.051	50.739	8.137	10.187

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

16.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado			Controladora					
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
	Petrobras	Outras (*)	Total	Total	Petrobras	GasBrasiliiano	Outras (*)	Total	Total
Ativo									
<u>Circulante</u>									
Contas a receber	32	333	365	12.552	32	198	333	563	467
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	-	69.487	69.487	66.148	-	-	69.487	69.485	66.148
	32	69.820	69.852	78.700	32	198	69.820	70.048	66.615
<u>Não circulante</u>									
Contas a receber (inclui take or pay na GasBrasiliiano)	-	1.499	1.499	1.215	-	-	1.499	1.499	1.215
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	-	7.874	7.874	-	-	-	7.874	7.874	-
	-	9.373	9.373	1.215	-	-	9.373	9.373	1.215
	32	79.193	79.225	79.915	32	198	79.193	79.421	67.830
Passivo									
<u>Circulante</u>									
Fornecedores vinculados a repasse de gastos (Nota 15)	1.886	550	2.436	1.332	1.886	-	550	2.436	1.332
Outras contas a pagar - pessoal cedido (Nota 15)	5.320	287	5.607	8.616	5.320	-	287	5.607	8.756
Fornecedores vinculados a fornecimento de gás natural (Nota 15)	32.639	-	32.639	32.318	-	-	-	-	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	42.572	40.893	83.465	25.500	42.572	-	40.893	83.465	25.500
	82.417	41.730	124.147	67.766	49.778	-	41.730	91.508	35.588
<u>Não circulante</u>									
Obrigações estatutárias	104.602	-	104.602	103.539	104.602	-	-	104.602	103.539
	187.019	41.730	228.749	171.305	154.380	-	41.730	196.110	139.127
Resultado									
Receita de vendas e serviços	-	1.307	1.307	2.213	-	-	-	-	-
Custo do gás revendido	438.292	-	438.292	350.517	-	-	-	-	-
Variações monetárias líquidas ativas (passivas)	(177)	(2.064)	(2.241)	(1.306)	(188)	-	(2.178)	(2.366)	(822)
	438.115	(757)	437.358	351.424	(188)	-	(2.178)	(2.366)	(822)

(*) Inclui empreendimentos controladas em conjunto e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração do Presidente, dos Diretores e dos membros do Conselho de Administração da Gaspetro foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2019 e rerratificada em 05/09/2019, quando foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 8.512, válido para o período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020:

	Conselho Adm.	Diretoria	Total
Nº de membros previstos	7	4	11
Salário ou pró-labore	598	3.702	4.300
Benefícios diretos e indiretos	66	1.184	1.250
Cessação do cargo	-	1.577	1.577
Outros (INSS, FGTS, etc.)	119	1.332	1.451
Total (conforme AGE de 26/04/2019)	783	7.795	8.578
Parcela não recomendada pela SEST	(66)	-	(66)
Remuneração global anual dos administradores (conforme AGE de 26/04/2019)	717	7.795	8.512

O total da remuneração e benefícios realizados em 2019, para os quatro membros da Diretoria Executiva e sete membros no Conselho de Administração da Gaspetro (Controladora), foi de R\$5.161 (R\$5.220 em 2018).

A remuneração atual dos administradores da Companhia não possui verba relativa a desempenho (remuneração variável) ou prêmio em ações.

17. Impostos e contribuições

17.1. Imposto de renda e contribuição social e outros impostos

Demais impostos e contribuições	Consolidado					
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	-	4.299	-	1.298	-
Contribuição social	-	70	520	-	1.909	-
ICMS	984	2.020	1.429	1.105	8.402	6.191
PIS/COFINS	1.163	639	9.413	7.899	5.042	7.275
Imposto de renda retido na fonte	11.927	11.550	-	-	13	15
IRPJ saldo negativo	7.840	13.390	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	29	202
INSS	-	1	3	-	-	175
Outros	-	3.175	-	1	38	145
	21.914	30.845	15.664	9.005	16.731	14.003

	Controladora					
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	-	4.299	-	-	-
Contribuição social	-	-	520	-	116	-
PIS/COFINS	-	1	1	-	5.042	6.128
Imposto de renda retido na fonte	11.927	11.550	-	-	-	1
IRPJ saldo negativo	7.840	13.390	-	-	-	-
INSS	-	1	3	-	-	-
Outros	-	367	-	-	4	-
	19.767	25.309	4.823	-	5.162	6.129

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora	
	Imobilizado e Intangível	Contas a receber/pagar e financiamentos	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	outros	Total	Total
Movimentação							
Em 1º de janeiro de 2018	44.282	(3)	6.301	678	8.617	59.875	(1.179)
Reconhecido no resultado do exercício	5.361	(1.881)	(2.343)	(678)	(3.206)	(2.747)	2.548
Em 31 de dezembro de 2018	49.643	(1.884)	3.958	-	5.411	57.128	1.369
Reconhecido no resultado do exercício	(2.617)	1.884	1.596	-	357	1.220	324
Em 31 de dezembro de 2019	47.026	-	5.554	-	5.768	58.348	1.693
Composição							
Impostos diferidos ativos						57.128	1.369
Impostos diferidos passivos						-	-
Em 31 de dezembro de 2018						57.128	1.369
Impostos diferidos ativos						58.348	1.693
Impostos diferidos passivos						-	-
Em 31 de dezembro de 2019						58.348	1.693

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	
	Ativos	Passivos
2020	3.407	-
2021	3.407	-
2022	3.407	-
2023	3.407	-
2024 em diante	44.720	-
Parcela registrada contabilmente	58.348	-

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	347.139	278.480	333.909	268.238
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(118.027)	(94.683)	(113.528)	(91.201)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	16.320	10.200	8.160	10.200
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(919)	(626)	(3.350)	(626)
Prejuízo fiscal	552	(678)	552	-
Participação em controladas e coligadas	89.416	77.056	105.887	84.695
Outros	(661)	1.743	2.190	(595)
Imposto de renda e contribuição social	(13.319)	(6.988)	(89)	2.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.220	(2.747)	324	2.547
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.539)	(4.241)	(413)	(74)
	(13.319)	(6.988)	(89)	2.473
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	4,00%	3,00%	0,00%	-1,00%

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 655.522 estava representado 110.993 ações ordinárias, 1 ação preferencial classe “A” e 1 ação preferencial classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 5 de setembro de 2019 houve o resgate e cancelamento da ação preferencial Classe “A” (R\$ 5.905,89 – cinco mil novecentos e cinco reais e oitenta e nove centavos) . O capital social subscrito e integralizado passou a ser no valor de R\$ 655.516, representado 110.993 ações ordinárias e 1 ação preferencial classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal (Nota Explicativa 18.4).

As ações preferenciais não asseguram direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e não participam dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas, exceto Reserva Estatutária REPETRO (nota explicativa 18.4) e Reserva Estatutária de Ativos Excluídos (nota explicativa 18.4) e não participam dos lucros remanescentes.

A ação preferencial “A” conferia ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas do contrato de prestação de fiança e será resgatada tão logo a Companhia seja liberada, no âmbito das garantias REPETRO, de todas e quaisquer obrigações perante as autoridades governamentais competentes, exclusivamente com os recursos alocados na reserva estatutária específica (Nota Explicativa 18.4).

A ação preferencial “B” confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e pecuniariamente recebidos dos “ativos excluídos”, descritos no acordo de acionistas como o somatório de Impostos em litígio (nota explicativa 23.4) , depósitos judiciais (nota explicativa 23.2) e Notas do Tesouro Nacional-NTN-P (nota explicativa 14) e será resgatada tão logo a Companhia receba a integridade dos montantes de ativos excluídos, com a utilização de parte dos recursos alocadas na reserva estatutária específica (Nota Explicativa 18.4).

18.2. Transações de capital

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

18.3. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

18.4. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia não efetuou a destinação da Reserva Legal visto que a mesma atingiu o limite de 20% do capital social realizado.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

b) Reserva estatutária

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos “ativos excluídos”, inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos “ativos excluídos”, sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

b.1) Reserva estatutária “Repetro” - o valor limitava-se a R\$ 5.905,89 (cinco mil novecentos e cinco reais e oitenta e nove centavos), para fazer frente ao resgate da ação preferencial classe “A”, e foi pago ao acionista preferencialista em 11/12/2019, em conformidade com a deliberação contida na assembleia geral extraordinária realizada em 05/09/2019 (nota explicativa 18.1).

b.2) Reserva estatutária “Ativo Excluído” - valor limitado a R\$ 200.000, constituído com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio, depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe “B”, na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

18.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. O Conselho de Administração, ainda, poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, bem como a antecipação de dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio.

A ação preferencial “A” receberia exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias “REPETRO” efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita. Esta ação foi resgata em 05/09/2019 (nota explicativa 18.1).

A ação preferencial “B” receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos “ativos excluídos”, líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2019, que está sendo encaminhado pela Administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020, no montante de R\$ R\$173.966, atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

A Companhia aprovou em dezembro de 2019 a destinação de R\$ 50.000 como antecipação de dividendos e R\$ 24.000 (valor bruto) na forma juros sobre o capital próprio. O desembolso dos valores devidos foi efetuado em 16 de janeiro de 2020.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	333.820	270.711
Apropriação:		
Reserva legal	-	(12.268)
Lucro básico para determinação do dividendo	333.820	258.443
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	(24.000)	(30.000)
Dividendos pagos antecipadamente	(50.000)	(59.000)
Dividendos adicionais propostos	(86.911)	(102.600)
Dividendos complementares ao mínimos obrigatórios	(13.055)	-
Realização de reserva especial	-	(21.000)
Total de dividendos propostos	(173.966)	(212.600)
Destinação Reserva estatutária - ação preferencial "Classe B"	(1.087)	(1.078)
Reversão de destinações anteriormente declarados para a ação preferencial "Classe B" - Res. Estatutária	-	3.995
Ajuste na equivalência patrimonial pela adoção inicial de CPC 48 (Instrumentos Financeiros)	(478)	-
Antecipação de dividendos	(50.000)	(59.000)
Juros sobre capital próprio	(24.000)	(30.000)
Dividendos complementares ao mínimos obrigatórios	(13.055)	-
Dividendos adicionais	(86.911)	(102.600)
Reserva legal	-	(12.268)
Reserva especial	(158.289)	(69.760)
Total da destinação do resultado	(333.820)	(270.711)

Os juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$24.000 (valor líquido de IRRF no montante de R\$ 20.400) estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros serão imputados aos dividendos do exercício, líquido de IRRF.

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$173.966, já incluem a antecipação de R\$50.000, bem como os juros sobre o capital próprio de R\$24.000, que foram pagos em 16 de janeiro de 2020, conforme aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 18/12/2019.

O saldo de dividendos complementares ao mínimo obrigatório e adicionais propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2019 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

18.6. Resultado por ação

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	333.820	271.492	333.820	270.711
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	110.994	110.995	110.994	110.995
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)(*)	3,01	2,45	3,01	2,44

(*) A Companhia possui 1 (uma) ação preferencial Classe "B", vinculada exclusivamente à atualização monetária dos ativos excluídos, deduzidos de todos os tributos eventualmente incidentes sobre a receita financeira (Nota Explicativa 18.4) e de eventuais baixas destes ativos. O valor da proposta de destinação para esta ação, portanto, não tem vinculação com o lucro líquido atribuído aos acionistas, mas, apenas, ao reflexo da variação destes ativos. A destinação do valor para esta ação está evidenciada na Nota Explicativa 18.5.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

19. Receita de vendas e serviços

	Consolidado	
	2019	2018
Receita bruta de vendas	711.820	550.987
Encargos de vendas	(173.533)	(133.307)
Receita de vendas e serviços	538.287	417.680

20. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(7.808)	(1.823)	-	(1.823)
Perdas por Desvalorização de Ativos (<i>Impairment</i>) / desativação de bens	(7)	(2.858)	-	(2.858)
Baixa de títulos relacionados ao processo de cisão	(1.576)	-	(1.576)	-
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	572	1.123	-	-
Outros	(1.564)	(403)	(1)	1
Total outras receitas (despesas), líquidas	(10.383)	(3.961)	(1.577)	(4.680)

21. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima e produtos para revenda	(405.403)	(325.010)	-	-
Gastos com pessoal (GOG)	(59.413)	(50.026)	(32.930)	(30.656)
Materiais, fretes, aluguéis e outros (GOG)	(10.014)	(18.221)	(3.313)	(2.967)
Serviços de terceiros (GOG)	(22.269)	(21.279)	(6.905)	(8.459)
Depreciação e amortização	(27.216)	(17.262)	(1.679)	(1.678)
Tributárias	(1.247)	(4.312)	(379)	(457)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	-	(1.823)	-	(1.823)
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	437	5.012	-	-
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	572	1.123	-	-
Impairment	(7)	(2.858)	-	(2.858)
Baixa de títulos relacionados ao processo de cisão	(1.576)	-	(1.577)	-
Outros (despesas) receitas, líquidas	(9.357)	436	-	1
Total custos e despesas por natureza	(535.493)	(434.220)	(46.783)	(48.897)
Na Demonstração de Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	(445.193)	(350.517)	-	-
Despesas com vendas	(11.570)	(10.711)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(67.099)	(64.719)	(44.827)	(43.760)
Tributárias	(1.247)	(4.312)	(379)	(457)
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(7)	(2.858)	-	(2.858)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(10.377)	(1.103)	(1.577)	(1.822)
Total custos e despesas por natureza	(535.493)	(434.220)	(46.783)	(48.897)

GOG: Gastos operacionais gerenciáveis

22. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita com aplicações financeiras	2.448	4.263	2.448	2.584
Receita com recebíveis de ativos financeiros	13.566	7.002	1.969	2.141
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	787	4.638	(7)	(1)
Outras variações monetárias líquidas	(3.517)	11.018	(3.221)	844
Total resultado financeiro líquido	13.284	26.921	1.189	5.568
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	17.444	16.269	4.420	4.726
Despesas	(641)	(366)	(10)	(2)
Variações monetárias, líquidas	(3.519)	11.018	(3.221)	844
Total resultado financeiro líquido	13.284	26.921	1.189	5.568

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	-	-
Fiscais	-	2.131
Cíveis	14.408	6.600
	14.408	8.731
Saldo inicial	8.731	10.143
Adições (Baixas), líquidas	5.677	(1.412)
Saldo final	14.408	8.731

23.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	252	97	68	97
Fiscais	671	1.707	671	1.707
Cíveis	1.062	1.002	1.040	1.002
	1.985	2.806	1.779	2.806

23.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que poderiam constituir uma obrigações presente, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa de valor suficientemente confiável, e que são reconhecidos como perda possível, são divulgados pela Companhia, exceto quando a possibilidade de saída de recursos é remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 30.505 (R\$ 71.516 em 2018), para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, estão apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado
	2019
Tributária	30.420
Cíveis	85
	30.505

O quadro a seguir detalha a principal causa cuja expectativa de perda está classificada como possível.

Descrição do processo de natureza tributária	Estimativa
Autor: Receita Federal do Brasil	30.420
Ação de cobrança que alega a ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas. Ademais, foi lavrado auto de infração para a cobrança de IRRF, à alíquota de 35%, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.981/95, pois o Fiscal Autuante entende que as referidas despesas configuraram "pagamentos sem causa".	
Total dos processos de natureza tributária	30.420

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

23.4. Contingências Ativas

23.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação/restituição, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$109.180 (R\$106.820 em 2018), relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

24. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.1. Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela sua controladora e suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

24.2. Risco de taxa de juros

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A companhia e sua controladora avalia permanentemente essas oscilações, na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

24.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019. O FIDC também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

24.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento. Estes instrumentos financeiros que estão a custo amortizado possuem seus saldos similares aos seus valores justos.

2019	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 -5 anos
Fornecedores	46.051	46.051	-	-
Outras contas a pagar	49.214	47.940	1.274	-
2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 -5 anos
Fornecedores	50.739	50.739	-	-
Outras contas a pagar	9.418	9.017	401	-
	60.157	59.756	401	-

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Modalidade	Risco coberto	Importância segurada
Empresarial	Seguro de natureza administrativa para a sede da Companhia	6.540
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	5.000

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

26. Efeito do coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Em consonância com o disposto no Ofício-Circular CVM/SCN/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Com relação às afiliadas, face ao seu contexto operacional e a necessidade de avaliação sobre o comportamento do mercado, não foi possível, ainda, precisar os eventuais impactos deste evento no resultado e fluxo de caixa futuros.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, nenhuma ação relevante sob o aspecto financeiro e/ou contratual foi adotada face a inexistência da percepção de impactos significativos.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VIKTOR NIGRI MOSZKOWICZ
Presidente do Conselho

ROGÉRIO SOARES LEITE
Conselheiro

TOSHIBA ASAHI
Conselheiro

JOELMA MEDEIROS HENRIQUES
Conselheira

JOÃO DE SAINT BRISSON PAES DE CARVALHO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO
Diretor Presidente

HIROSHI FUJIKAWA
Diretor Financeiro

PEDRO AURELIO CARDOSO SAMPAIO
Diretor Operacional

VITOR CALAZANS BARONI
Diretor Corporativo

MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA
Contador
CRC-RJ-068103/O-8